



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS

APROVADO
EM 31 / 09 / 23

PRÉSIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
ESTADO DO MARANHÃO

Rua Maneco Rego, 906 – Centro – Pedreiras-MA – Cep.: 65.725-000
Fone/Fax: (099) 3642-2046 CNPJ.: 12.538.625/0001-90

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 11 DE SETEMBRO
DE 2023**

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA URBANA – REURB – NA FORMA
DA LEI FEDERAL N. 13.465/2017 NO ÂMBITO
DO MUNICÍPIO DE PEDREIRAS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 102, I do Regimento Interno, assim como, art. 44 da Lei Orgânica do Município, FAZ saber que a Câmara Municipal de Pedreiras aprovou a seguinte Lei:

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Esta Lei regulamenta a Regularização Fundiária Urbana – REURB – instituído pela Lei Federal n. 13.465/2017, no âmbito do Município de Pedreiras - MA.

Art.2º- A REURB será implementada e executada pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária – CMRF.

Art.3º- Somente serão objeto de regularização fundiária os núcleos urbanos existentes até o dia 22 de dezembro de 2016, que serão atestados pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária.

Art. 4º- Para fins da presente lei adotam-se os seguintes conceitos:

I- Núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972,



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS

APROVADO

EM 31 / 10 / 23

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS

ESTADO DO MARANHÃO

Rua Maneco Rego, 906 – Centro – Pedreiras-MA – Cep.: 65.725-000

Fone/Fax: (099) 3642-2046 CNPJ.: 12.538.625/0001-90

independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

II - Núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

III - Núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município;

IV - Demarcação urbanística: procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária, a ser promovida a critério do Município;

V - Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município ao final do procedimento da REURB, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária do termo de compromisso relativo à sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

VI - Legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da REURB, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma desta Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

VII - Legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da REURB;

VIII - Ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais;

IX - REURB de Interesse Social (REURB-S) – regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal e



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
ESTADO DO MARANHÃO

Rua Maneco Rego, 906 – Centro – Pedreiras-MA – Cep.: 65.725-000
Fone/Fax: (099) 3642-2046 CNPJ.: 12.538.625/0001-90

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
APROVADO
EM 31 / 10 / 23
PRESIDENTE

X - REURB de Interesse Específico (REURB-E) – regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso IX deste artigo.

CAPITULO II
DA REURB

Art. 5º - Poderão requerer a REURB:

I – Para REURB-S:

a) os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;

b) os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteamentos ou incorporadores;

c) a Defensora Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes;

d) o Ministério Público.

II – Para a REURB-E:

a) os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;

b) os proprietários de imóveis ou de terrenos, possuidores, loteadores ou incorporadores.

Parágrafo único- Os critérios para classificação para o enquadramento em REURB-S ou REURB-E, serão definidos pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária – CMRF.

Art. 6º - As áreas e imóveis objetos da REURB, podem estar localizados na Macrozona Rural (MZR), na Macrozona Urbana Consolidada (MZUC) ou na



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
ESTADO DO MARANHÃO

Rua Maneco Rego, 906 – Centro – Pedreiras-MA – Cep.: 65.725-000
Fone/Fax: (099) 3642-2046 CNPJ.: 12.538.625/0001-90

Macrozona de Expansão Urbana (MZEU), em ambas suas modalidades, serão consideradas Áreas Especiais de Interesse Social, não se aplicando a elas as seguintes regras e normas intuídas nas leis que compõem o PALNO Diretor Municipal:

I - Normas do zoneamento urbano, considerando-as todas como “de acordo com zoneamento”;

II - Dimensões dos lotes, podendo, ser inferior aos limites estabelecidos na Lei de Parcelamento do Solo Urbano deste município;

III - Largura de vias de acesso, tais como: ruas, estradas, travessas e servidões de passagem;

IV - Testada para via pública do imóvel inferior a 10,00m.

§ 1º- Aplica-se no que couber a REURB, as regras e normas do Plano Diretor Municipal;

§ 2º- Para fins de regularização fundiária não se aplica o disposto no art. 16, da Lei Complementar Municipal n. 006/2011 (Lei do parcelamento do solo).

Art. 7º - O procedimento administrativo para a REURB, em ambas as suas modalidades, dar-se-á na forma disposta na Lei Federal n. 13.4665/2017 e Decreto Federal 9.310/2018.

Art. 8º - O projeto de regularização fundiária conterà, no mínimo:

I - Levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizados do núcleo a ser regularizado;

II - Planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transições atingidas, quando for possível;

III - Estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV - Projeto urbanístico;

V - Memoriais descritivos, que deverão conter o da área total abrangida pela REURB e dos lotes criados pela regularização;



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
ESTADO DO MARANHÃO

Rua Maneco Rego, 906 – Centro – Pedreiras-MA – Cep.: 65.725-000
Fone/Fax: (099) 3642-2046 CNPJ.: 12.538.625/0001-90

CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
APROVADO
EM 31 / 10 / 23
PRESIDENTE

VI - Proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;

VII - Estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;

VIII - Estudo técnico ambiental, para os fins previstos nesta lei, quando for o caso;

IX - Cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanística, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e

X - Termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

Parágrafo único- O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Art. 9º - O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo, indicação:

I - Das áreas ocupadas, do sistema viário e das unidades imobiliárias, existentes ou projetadas;

II - Das unidades imobiliárias a serem regularizadas, suas características, área, confrontações, localização, nome do logradouro e número de sua designação cadastral, se houver;

III - Quando for o caso, das quadras e suas subdivisões em lotes ou as frações vinculadas à unidade regularizada;

IV - Dos logradouros, espaços livres, áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

V - De eventuais áreas já usucapidas;

VI - Das medidas de adequação para correção das desconformidades, quando necessárias;

VII - Das medidas de adequação da mobilidade, acessibilidade, infraestrutura e relocação de edificações, quando necessárias;

VIII - Das obras de infraestrutura essencial, quando necessárias;

IX - De outros requisitos que sejam definidos pelo município por meio da Comissão Municipal de Regularização Fundiária.

Art. 10 - Para fins desta Lei, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

**CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS****ESTADO DO MARANHÃO**

Rua Maneco Rego, 906 – Centro – Pedreiras-MA – Cep.: 65.725-000

Fone/Fax: (099) 3642-2046 CNPJ.: 12.538.625/0001-90

I - Sistema de abastecimento de água potável coletivo com rede que atenta individualmente cada imóvel (lote);

II - Sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;

III - Rede de energia elétrica domiciliar;

IV - Soluções de drenagem, quando necessário.

CAPITULO III**DA COMISSAO MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Art. 11 – Fica criada a Comissão Municipal de Regularização Fundiária - CMRF, que será composta por: 03 (três) servidores efetivos, 03 servidores comissionados dos já existente no quadro e 01 (um) membro do Conselho Municipal de Habitação CMH, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12 - A Comissão Municipal de Regularização Fundiária - CMRF, será composta por no mínimo 07 (sete) membros, sendo 03 (três) servidores efetivos, 03 servidores comissionados e 01 (um) membro do Conselho Municipal de Habitação CMH, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Aos servidores integrantes da Comissão Municipal de Regularização Fundiária – CMRF, poderá ser pago gratificação por função, na forma da lei;

§ 2º - A Comissão Municipal de Regularização Fundiária – CMRF, poderá requisitar servidores de qualquer Secretaria, quando necessário, independentemente de autorização do Secretário da pasta a qual o servidor está vinculado, para auxiliar nos trabalhos de regularização fundiária.

Art. 13 - Compete a Comissão Municipal de Regularização Fundiária – CMRF:

I - Classificar, caso a caso, as modalidades da REURB;

II- Processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária;

III- Emitir a CRF.

Art. 14 - Fica autorizada a Comissão Municipal de Regularização Fundiária regularizar todas as estradas, vias de acesso e travessas não legalizadas até 22 de dezembro de 2016, e que estejam na Macrozona Urbana Consolidada (MZUC) ou na Macrozona de Expansão Urbana (MZEU), nas dimensões já existentes para o tráfego de veículos.



CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS

APROVADO
EM 31 / 09 / 23

PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE PEDREIRAS
ESTADO DO MARANHÃO**

Rua Maneco Rego, 906 – Centro – Pedreiras-MA – Cep.: 65.725-000
Fone/Fax: (099) 3642-2046 CNPJ.: 12.538.625/0001-90

Parágrafo único - As vias de acesso, travessas e estradas que forem regularizadas por meio desta lei passarão a ser de domínio público municipal, na qualidade de bem comum de uso do povo.

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 - Fica delegada à Comissão Municipal de Regularização Fundiária – CMRF, editar regulamentos e atos necessários para a implementação da Regularização Fundiária, observados os limites da presente lei.


Parágrafo único - Os casos omissos da presente lei serão resolvidos pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária- CMRF, mediante expedição de ato próprio.

Art. 16 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PLENÁRIO “MESSIAS RODRIGUES DE SOUSA” DO PALÁCIO
LEGISLATIVO “VICENTE BENIGNO”, AOS 11 DE SETEMBRO DE 2023.**

Ananiana dos Santos Fiu
Vereadora
CPF: 039.199.003-07



Jamison Fernandes Silva
Vereador


Marty Tavares Soares Silva
Vereadora
CPF: 421.046.373-68

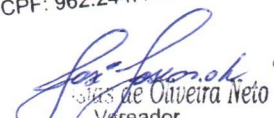

José Ribeiro de Araújo
Vereador
CPF: 417.743.453-15


Kelyane Ribeiro de Albuquerque Leite
Vereadora
CPF: 738.393.373-72


Aristóteles Silva Sampaio
Vereador
CPF: 962.244.443-15


Adete Maria Cruz de Lima
Vereadora
CPF: 223.416.172-04


Valdemir Conceição Silva
Vereador
CPF: 028.892.513-06


José de Oliveira Neto
Vereador
CPF: 016.089.103-50


Jamison Fernandes Silva
Vereador
CPF: 020.202.223-45


Enderson Pereira da Silva
Vereador
CPF: 050.251.163-09